manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453
Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

Público

Justiça suspeita de gestão danosa na velha PT

Os segredos da maior destruição de valor na Portugal Telecom, numa investigação de Cristina Ferreira Destaque, 2 a 11 e Editorial

manchete

Público	**Periodicidade:** Diário	**Temática:** Justica	
	Classe: Informacão Geral	**Dimensão:** 8273	cm²
16-08-2017	**Âmbito:** Nacional	**Imagem:** S/Cor	
	Tiragem: 51453	**Página (s):** 1 a 11	

DESTAQUE

O FIM DA "VELHA" PT

Suspeitas de gestão danosa na antiga PT

Os negócios de bastidores, as reuniões secretas e os atalhos seguidos até à venda da PT Portugal à Altice, meses depois de ter sido absorvida pela brasileira Oi. Esta é a crónica da maior destruição de valor de que há memória na história empresarial portuguesa. Pelo caminho ficaram destroços, e entre estes estão os gestores da "velha" Portugal Telecom. Agora sob suspeita das autoridades por gestão danosa

Rosário Teixeira
Procurador que investiga os processos *Marquês*, *Monte Branco* e GES

José Sócrates
Primeiro-ministro entre 2005 e 2011. É o principal arguido da *Operação Marquês*, por suspeita de crimes de corrupção, da prática de actos contrários aos deveres do cargo, de fraude fiscal qualificada, de branqueamento de capitais e de tráfico de influências

Mário Lino
Ex-ministro das Obras Públicas de José Sócrates: visado na *Operação Marquês*

Armando Vara
Ex-vice-presidente da CGD, arguido em vários processos, nomeadamente o *Marquês*

Testemunhas nos casos *Marquês* e BES

Luís Ribeiro Vaz
Assessor de Mário Lino, artífice da estratégia contra a Sonae

Sérgio Moro
Juiz federal responsável pelo *Lava-Jato*

Lula da Silva
Ex-Presidente da República do Brasil e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). É o principal rosto do *Lava-Jato*. Condenado na primeira instância a nove anos e seis meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Hélio Costa
Ministro das Comunicações do Brasil, implicado no *Lava-Jato*

José Dirceu
Ex-chefe da Casa Civil de Lula da Silva, fundador do PT. Condenado no "mensalão" (compra de votos) e visado no *Pixuleco*, derivado do *Lava-Jato*. Em causa estão crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e de pertença a organização criminosa. As sentenças somam 32 anos de prisão. Já cumpriu dois anos, no quadro do "mensalão". Está em prisão domiciliária

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

Ricardo Salgado
Ex-presidente do BES e do GES. Arguido em dezenas de processos, BES/GES, *Marquês*, *Monte Branco*, e é suspeito da prática de factos susceptíveis de integrarem os crimes de corrupção, abuso de confiança, tráfico de influência, branqueamento e fraude fiscal qualificada

Amílcar Morais Pires
Arguido no caso BES/GES, *Monte Branco* e *Marquês*, suspeito de vários crimes

Henrique Granadeiro
Ex-Presidente da PT: arguido no processo Marquês

Zeinal Bava
Ex-presidente da PT e da Oi; arguido na *Operação Marquês*

Hélder Bataglia
Arguido na *Operação Monte Branco* e na *Operação Marquês*

José Maria Ricciardi
Ex-presidente do BESI e assessor da PT e do BES no negócio com a Oi

Rafael Mora
Ongoing, ex-administrador da PT e da Oi

Nuno Vasconcellos
Ongoing, administrador da PT

Luís Pacheco de Melo
Ex-CFO da PT

Sérgio Andrade
Dono da Andrade Gutierrez. Segundo um dos delatores do *Lava-Jato*, tratou pessoalmente de pagamentos a senadores e deputados

Pedro Jereissati
Dono da La Fonte, accionista da Oi, articulado com Otávio Azevedo no negócio com a PT. É visado nas investigações

André Esteves
Presidente e controlador do BTG Pactual, o maior banco de investimento do Brasil: foi preso em Novembro de 2015 por suspeita de pagar subornos. É delator premiado

Luciano Coutinho
Presidente, entre 2006 e 2016, do BNDES, o banco público, accionista da Oi. Foi apanhado em 2017 numa operação paralela ao *Lava-Jato*, baptizada *Bullish*

Marcos Gonçalves
Chefe do departamento de fusões e aquisições do BTG Pactual. A imprensa brasileira contou que foi apanhado em 2016 a dar um calote de 340 mil dólares na discoteca nova-iorquina Provocateur. Participou activamente no comité de fusão da PT com a Oi

Otávio Azevedo
Presidente da Oi, da Andrade Gutierrez e gestor da Portugal Telecom. Foi condenado a prisão efectiva, mas assinou uma delação premiada e cumpre 18 anos de regime domiciliário fechado pelos crimes de corrupção activa, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa

Cristina Ferreira

A 10 de Março de 2014, vésperas da fusão da Portugal Telecom (PT) com a Oi, o centro de comando da operação estava reunido em Lisboa quando Rafael Mora, da Ongoing, que então se assumia como investidor de primeira linha, reclamou uma ajuda de 150 milhões de euros. Uma exigência que, na sua visão, não era um favor, mas uma obrigação. Afinal de contas, a PT já injectara 897 milhões no Grupo Espírito Santo (GES) e repartira 1,6 mil milhões pelos donos de duas construtoras brasileiras, principais accionistas da Oi. E, em 2009, a própria Ongoing já tinha recebido 75 milhões de euros da PT Prestações, uma subsidiária da casa-mãe.

O pedido do gestor da Ongoing era a demonstração de um sentimento comum aos grandes accionistas da PT: olhavam-na como um meio de resolver os seus problemas. Hoje, todos querem desligar-se desse tempo. Ao PÚBLICO, Rafael Mora declarou que "nunca" participou "numa reunião do comité de fusão e se alguém da Ongoing pediu dinheiro à PT, pode ter sido o [Nuno] Vasconcellos", o principal rosto da Ongoing, à época seu parceiro "de sangue". A tese é, no entanto, contrariada por quem esteve presente, que atesta que o protagonista do encontro acabou por ser mesmo o gestor espanhol.

A reunião de 10 de Março não só faz a fotografia de como a principal empresa portuguesa se deixou aprisionar por um grupo apanhado nos epicentros de escândalos de corrupção nas duas margens do Atlântico como mostra também como os interesses se movimentaram em torno da operadora de telecomunicações. E em prejuízo desta.

São também os prejuízos causados à PT que estão, actualmente, sob escrutínio das autoridades judiciais portuguesas. O inquérito resulta de outros que se desenrolam, em simultâneo, em Portugal e no Brasil, mas é expectável que o Ministério Público venha (ou tenha) a extrair uma certidão autónoma só para apurar se, para além de eventual corrupção, a PT foi alvo de gestão danosa.

Fonte oficial da Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmou ao PÚBLICO que está a investigar as decisões da PT, dos gestores e accionistas, desde meados da década passada até à decisão de a vender ao fundo francês, por suspeitas de movimentos ilícitos. E a venda da PT à Altice está sob inquérito? "Não é objecto de investigação neste momento", responde a mesma fonte.

Os processos *Marquês* – em que, entre outros, está sob escrutínio o antigo primeiro-ministro José Sócrates – e GES tocam-se, e pelo que tem vindo a público, as investigações estão avançadas. Os procuradores ouviram dezenas de testemunhas e receberam milhares de ficheiros informáticos e de documentos que colocam Ricardo Salgado, antigo presidente do GES e do Banco Espírito Santo (BES), no vértice da pirâmide, e o ex-primeiro-ministro na condição de ter de explicar como chegou aos milhões apanhados pelo Ministério Público (MP).

Do lado de lá do Atlântico, o juiz Sérgio Moro também acumula dossiers, e o mais volumoso é o *Lava-Jato*: rede de corrupção que começou nos postos de combustível e de lavagem de automóveis e que envolve altas esferas políticas e empresariais.

A "matéria-prima" de Sérgio Moro são construtoras. Foi através delas que todos os processos se começaram a ligar. Um ano depois do encontro de 10 de Março em Lisboa, um dos seus promotores, Otávio Azevedo, seria detido no Rio de Janeiro. O antigo presidente da Oi, em representação da construtora Andrade Gutierrez e que era, em 2014, administrador da operadora portuguesa, acabou por carimbar um acordo de delação premiada, tornando-se boa fonte de informação para Sérgio Moro. E a quem acabou a confessar segredos que podem interessar ao procurador português Rosário Teixeira, encarregado da *Operação Marquês*.

Um dos segredos que Otávio Azevedo terá contado às autoridades é que combinou com o antigo Presidente brasileiro Lula da Silva distribuir subornos por políticos e empresários.

Os episódios que o PÚBLICO relata de seguida são resultado de uma compilação de dados, verbais e escritos, sustentados em testemunhos directos e verificáveis, e de muitos temas revelados pela comunicação social.

As detenções de Ricardo Salgado, a 24 Julho de 2014, e de José →

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453
Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

DESTAQUE

O FIM DA "VELHA" PT

Sócrates, em Novembro do mesmo ano, assinalaram o fim de um ciclo dominado por uma rede de interajuda (GES-BES-PT) organizada na sombra de modo a alimentar o poder político e a ser alimentada por ele.

Entre os efeitos colaterais do fim do GES, a destruição da PT foi o mais grave, por ser um pólo estruturante de uma pequena economia como a portuguesa, e também um centro de inovação e de competências.

Um dos desafios dos procuradores é precisamente encontrar respostas para o facto de a maior empresa nacional – a PT –, com excedentes de tesouraria que chegaram a totalizar mais de três mil milhões de euros, não ter resistido, em Julho de 2014, à perda de 897 milhões da exposição ao GES.

Há explicações. A mais curta é que o acordo que a PT firmou em 2010 com a Oi foi um erro, pois os 5,4 mil milhões de euros que investiu na operadora brasileira valem hoje menos de 200 milhões de euros. Ou seja: a PT perdeu muito com a Rioforte, mas cinco vezes menos do que perdeu com a Oi.

A resposta mais longa tem dois ângulos. O primeiro é que a PT era a caixa onde todos iam buscar dinheiro. O segundo é que a PT não se deixou apenas enredar na agenda de políticos (José Sócrates), de accionistas (BES, Ongoing) e de alguns gestores portugueses, pois entraram igualmente na engrenagem os donos do consórcio Andrade Gutierrez e La Fonte, do Grupo Jereissati. Os detentores do capital da Oi, e que o ex-ministro das Telecomunicações brasileiro Mendonça de Barros baptizara no início da década passada com o nome "telegangue". A combinação foi explosiva.

É a versão mais extensa que aqui se vai contar. Seguindo a cronologia dos factos, verifica-se um padrão de actuação comum a responsáveis da PT e da Oi. O padrão de quem olhou para o mundo da mesma maneira.

A OPA falhada da Sonae em 2006

Para encontrar o rumo da história, o Ministério Público (MP) teve de recuar a 6 de Fevereiro de 2006, quando a Sonaecom (dona do PÚBLICO) lançou uma oferta pública de aquisição (OPA) à PT, que em mercado valia cerca de dez mil milhões de euros.

Pouco mais de um ano depois de ter assumido o cargo em São Bento, José Sócrates e Ricardo Salgado vão traçar agendas paralelas. Mas, claro, quando se ganha muito poder, às vezes perde-se o rumo. E com o tempo o relacionamento tornou-se uma bomba-relógio.

A 22 de Abril de 2006, quando preparavam a estratégia anti-OPA, os accionistas da PT reuniram-se para substituir Miguel Horta Costa por Henrique Granadeiro, alguém com bom trânsito na comunicação social e nos meios políticos, em especial junto dos socialistas no poder. É nessa altura que Zeinal Bava, CEO da PT Multimédia, se torna vice-presidente da PT SGPS, sendo substituído por Luís Pacheco de Melo no cargo de CFO (responsável financeiro).

No âmbito dos inquéritos actualmente em curso, Ricardo Salgado explicou à equipa chefiada pelo procurador Rosário Teixeira (relato da *Sábado* de 13 de Julho): "O Miguel Horta e Costa, que é [pausa] uma pessoa que, além de vestir muito bem e de ter umas gravatas muito bonitas e uma relação social alargada, estava com a sua imagem (...) denegrida por causa das viagens ao Brasil, das despesas sumptuárias em festas (...). Não era capaz de pegar um avião da TAP para São Paulo, mas ia apanhar a Air France a Paris e a British [Airways] a Londres para ir deitado naquelas cadeiras-cama. E foi convidado a ceder o lugar ao Henrique Granadeiro, um administrador probo e extremamente controlado nas despesas." Para o banqueiro, Miguel Horta e Costa era o barão, portanto.

Alguma razão teria Salgado, pois quando foi para a tropa, Miguel Horta e Costa não foi ao casão comprar o fardamento, como todos faziam, dirigiu-se antes ao seu alfaiate, a quem pediu um fato à medida.

O nome de Miguel Horta e Costa surge também do lado de lá do Atlântico. No auge do "mensalão" (a megacorrupção de compra de votos a deputados brasileiros), o seu nome surge por, alegadamente, na qualidade de presidente de PT, ter facultado financiamentos e doações (da operadora) de 35 milhões de reais (dez milhões de euros) a partidos e políticos brasileiros. A espanhola Telefónica e a PT tinham assinado em 2003 uma aliança para trabalharem em conjunto no Brasil, via Vivo.

Mais tarde, o publicitário Marcos Valério relatou às autoridades brasileiras que nas suas viagens a Lisboa, entre 2002 e 2006, foi também recebido pelo actual presidente da EDP, António Mexia (ex-BESI), à época ministro das Obras Públicas, com a tutela da operadora nacional. E envolveu-o, ao lado de Horta Costa, no processo.

Os dois portugueses negaram terem cometido ilegalidades e as investigações acabaram arquivadas. Mas na semana passada, a 10 de Agosto, o "mensalão" ganhou novo fôlego, com a Polícia Federal a reabrir o inquérito ao ex-Presidente Lula da Silva e a aparecer a apontar a todos os visados.

De regresso a 2006, e depois de numa primeira fase José Sócrates se ter mostrado equidistante dos interesses na OPA, tudo mudou. E multiplicaram-se as conversas de bastidores entre o BES, a PT e o meio político. A articulação fazia-se no gabinete do ex-ministro das Obras Públicas Mário Lino, com a tutela das telecomunicações, que contratou Luís Ribeiro Vaz para ser o interlocutor do Governo com a Sonae.

O PÚBLICO perguntou a Ribeiro Vaz se pretendia dar o seu testemunho sobre matérias incluídas neste trabalho, e que o visavam, mas este declinou: "Não tenho comentários a fazer."

Para a Sonae, é Ribeiro Vaz o mentor da estratégia de oposição à OPA, e uma "toupeira" apanhada, no *health club* do Ritz, a passar a terceiros informação confidencial recolhida junto de Paulo Azevedo. Os receptores eram os dois accionistas de referência da PT: Rafael Mora e Nuno Vasconcellos (da Ongoing).

Essa terá sido uma das muitas informações que Paulo Azevedo passou a Rosário Teixeira quando, em 2015, foi ouvido no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), aonde chegou munido de dossiers.

Uma fonte do PÚBLICO evidencia: "Antes de ir ao DCIAP [falar com o procurador Rosário Teixeira], e como é um tipo metódico, organizado, o Paulo [Azevedo] recuperou a equipa da OPA, de mais de 20 pessoas, com quem se fechou no gabinete a trabalhar."

Tanta gente junta possibilitou ao presidente da Sonae chegar aos detalhes, às datas, às circunstâncias-chave que, nove anos antes, marcaram a OPA à PT. O que não é irrelevante. É que a crescente sofisticação da criminalidade financeira torna difícil aos procuradores a recolha da prova directa.

Há, aliás, quem defenda que foram as "pistas" levadas ao DCIAP por Paulo Azevedo que ajudaram Rosário Teixeira a virar o destino das investigações ao ex-primeiro-ministro, até aí orientadas para as conexões ao Grupo Lena.

Porém, o procurador não ouviu apenas de Azevedo uma certa versão dos factos. Luís Coutinho, o único gestor da PT que defendia a OPA da Sonae, contou que o ex-ministro Mário Lino o repreendeu. Na sua

UESLEI MARCELINO/REUTERS

Belmiro de Azevedo e Paulo Azevedo na conferência de imprensa do lançamento da OPA sobre a PT em 2006. Em Abril desse ano, a PT substitui Miguel Horta e Costa por Henrique Granadeiro numa das primeiras medidas de defesa da OPA. Em Março de 2007, os accionista da PT chumbam a OPA. José Dirceu entrou na PT pela mão de Henrique Granadeiro pouco tempo depois. O antigo chefe da casa civil de Lula da Silva viria a ser preso, e foi alvo dos protestos dos brasileiros nas marchas anticorrupção em 2011

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

LUIS RAMOS/ARQUIVO

perspectiva, mais do que os prémios que a administração iria atribuir (pelo falhanço da OPA), foi o medo que levou muitos a alinharem com o núcleo duro da PT.

A estratégia estava lançada. A 2 de Março de 2007, mais de 50% dos accionistas presentes em assembleia geral travaram a desblindagem dos estatutos da PT, a condição de sucesso da OPA. Para dar força à decisão do centro de comando liderado por Granadeiro, José Sócrates instruiu Armando Vara, dirigente socialista (arguido na *Operação Marquês*) e vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (com 6% da PT), para votar ao lado do BES e da Ongoing. E foi assim que a Sonae perdeu a guerra.

É difícil perceber em que momento o BES e a PT deixaram de ser simples centros de poder e de interajuda para se envolverem, como admite o MP, em movimentos duvidosos e de até poderem ter corrompido um primeiro-ministro.

As autoridades suspeitam de que José Sócrates possa ter sido subornado para possibilitar ao BES controlar a PT, a maior empresa portuguesa. E percebe-se porquê: mais do que ter acções, Ricardo Salgado lutava para aceder aos dinheiros da operadora, que em excedentes de tesouraria chegou a dispor de três mil milhões de euros (PÚBLICO, 7/10/2014). De acordo com um relatório da comissão de auditoria da PT, entre Julho de 2008 e Abril de 2014, o nível de concentração das aplicações no GES e no BES, em depósitos a prazo e títulos de dívida de curto prazo, oscilou entre 36,8% e 98,6%. As decisões eram tomadas por Zeinal Bava, Henrique Granadeiro e Pacheco de Melo.

Um dos argumentos para afastar a Sonae foi a intenção de Paulo Azevedo (se a OPA vingasse) de vender à espanhola Telefónica os 50% que a PT tinha na brasileira Vivo. A posição que o BES dizia ser estratégica, o motor de crescimento da PT.

Mas mal a OPA da Sonae morreu, Henrique Granadeiro dirigiu-se ao Brasil para traçar cenários opcionais à Vivo. Quando aterrou em São Paulo, levava um novo discurso: a PT está disponível para criar um grande operador transatlântico de língua portuguesa, com dimensão internacional e que permita desenvolver projectos e concentrar investimentos em Investigação & Desenvolvimento. Em teoria, a tese fazia sentido, mas, na prática, teve um efeito de meteorito.

A primeira tentativa junto da Oi é de 2007

Ainda antes do final de 2007, Henrique Granadeiro pediu ao ex-Presidente da República Mário Soares que ajudasse a PT a construir pontes com o Presidente Lula da Silva. É Mário Soares que vai sugerir a contratação de José Dirceu, o ex-ministro-chefe da Casa Civil de Lula da Silva, um posto muito poderoso. Isto foi antes de Dirceu se tornar o réu mais conhecido do caso "mensalão" (em 2016, Dirceu seria detido na *Operação Pixuleco*, derivada do *Lava-Jato*).

Desde aí que o ex-braço direito de Lula tentava compensar o fim da sua carreira política com outras actividade. Uma delas era a de lobbyista, de facilitador de negócios, de promotor dos interesses brasileiros em territórios onde tinha conexões.

Uma dessas geografias era Portugal, onde não conhecia apenas Mário Soares, pois era parceiro do gabinete de advocacia português Lima, Serra, Fernandes & Associados (LSF), que no Brasil operava através de uma sociedade ligada ao político brasileiro: a José Dirceu (JD) Assessoria e Consultoria.

Tal como noticiou o PÚBLICO a 19 de Fevereiro de 2012, os nomes da LSF, chefiada por Fernando Lima, grão-mestre do Oriente Lusitano, e da JD Assessoria e Consultoria começaram a constar, a partir de 2007, da folha de avenças da PT, com remunerações mensais de 50 mil euros. As verbas eram aprovadas directamente por Granadeiro, em comissão executiva, com o fundamento de que os gabinetes apoiavam as movimentações da PT no Brasil.

Ao ir buscar o português Nuno Vasconcellos e o espanhol Rafael Mora, as caras da Ongoing, para serem pontas-de-lança do BES na luta contra a Sonae, Ricardo Salgado deu-lhes grande relevância. E tornou-os muito conhecidos junto de um certo meio, para quem ser gestor era mais do que uma profissão, era um meio de promoção.

Vasconcellos e Mora declaravam-se então irmãos siameses e iriam desempenhar um papel muito importante na ascensão do sistema GES. Hoje, são mesmo dos poucos a poderem gabar-se de terem entrado, desde o primeiro instante, nas entranhas das negociações luso-brasileiras.

Escusado será dizer que, passado algum tempo, a Ongoing contratou a LSF e a JD Assessoria e Consultoria. Vasconcellos e Mora sabiam que a agenda de José Dirceu valia milhões, pelas suas conexões, designadamente ao mundo profano a que todos pertenciam. Entretanto, chega ao brasileiro o convite para ser colunista dos jornais que a Ongoing adquiria no Brasil, com a intenção de "criar um grande grupo de comunicação" transatlântico. O que se inscrevia na lógica de poder que todos prosseguiam. Em Portugal são conhecidas as tentativas de Sócrates de controlo de meios de comunicação.

A 8 de Junho de 2007, outra personagem comprometida no *Lava-Jato* vai posicionar-se. Agora é Hélio Costa, o ministro das Comunicações de Lula da Silva, que sobressai a patrocinar a criação de um "operador de telecomunicações de língua portuguesa", tal como "defendido por Henrique Granadeiro", e que "o Presidente [Lula] vai receber de braços abertos".

Nessa fase já decorriam cenários exploratórios para articular a aliança luso-brasileira que, pela sua natureza, estava condicionada a autorizações estatais.

Um quadro de topo da PT evoca: "Em certos círculos tínhamos a percepção de que as relações com o BES eram promíscuas, mas nunca o Salgado apareceu a passear-se nos corredores da PT, e o Morais Pires só lá ia às reuniões." Já "o Vasconcellos e o Mora eram vistos no 11.º piso [da sede da PT] a entrarem nos gabinetes, a pedirem informações, a darem sugestões". Por vezes, até faziam mais.

Um dia, Nuno Vasconcellos bateu à porta de Henrique Granadeiro, que estava com Zeinal Bava e Pacheco de Melo. Fazia-se acompanhar de Luís Ribeiro Vaz (mais tarde gestor na TAP e na Cimpor). O que ali os levara era um tema sensível: do Brasil condicionavam a parceria de telecomunicações a pagamentos de cerca de 50 milhões. E havia pormenores: as comissões teriam de ser depositadas na conta de uma empresa de Macau, produtora de um relatório fictício sobre o sector das comunicações (PÚBLICO, 2/11/2015). Pacheco de Melo avisou-os: "Da PT não sai dinheiro."

A 5 de Junho de 2007, a PT suspendeu as prospecções para se juntar à Oi no mercado das telecomunicações brasileiro. Não era o tempo certo. Desde logo, porque as avaliações técnicas à Oi não convenciam os técnicos da PT, e entre eles estava o CFO, que reportava muitas dúvidas.

Na sequência, também foram interrompidos os pagamentos de à LSF e à JD Assessoria e Consultoria. O jornal online Observador adiantou que o Ministério Público apurou que, naquele curto período, as duas entidades receberam mais de 510 mil euros.

Quatro dias depois, a 9 de Junho, das Ilhas Virgens Britânicas, sede da ES Enterprise, o saco azul do BES, vão sair seis milhões de euros para uma conta de Henrique Granadeiro no Banco Pictet, na Suíça. A destinatária de outros sete milhões é a Markwell, pertencente a Helder Bataglia, à frente da Escom, o veículo instrumental do BES para os negócios que decorriam na sombra. O MP apurou que Bataglia (pai de uma filha de uma prima direita de Sócrates) transferiu a verba para a esfera do amigo de infância do ex-primeiro-ministro José Sócrates, Carlos Santos Silva.

O mundo mudou em 2008

Na Oi havia uma voz de comando. A de Sérgio Andrade, dono da construtora Andrade Gutierrez, accionista da Oi, e parceiro do filho do ex-Presidente Lula da Silva, conhecido por "Lulinha". O juiz Sérgio Moro já acusou "Lulinha" de enriquecimento ilícito e Sérgio Andrade de associação ao *Lava-Jato*.

Em Fevereiro de 2008, Sérgio Andrade convidou para presidir à construtora uma figura decisiva para a história que aqui se narra: Otávio Azevedo.

Ora, na operadora, a Andrade Gutierrez actuava coligada com outra construtora, a La Fonte, do Grupo Jereissati, também accionista. Este consórcio encarregou Otávio Azevedo de ser o artífice da aliança da Oi com a PT. Compreende-se porquê: Otávio Azevedo era muito próximo de Lula da Silva.

Para dar consistência ao projecto, em 2008, os accionistas da PT elegeram Zeinal Bava presidente executivo do grupo português.

O tempo passou, e a 15 de Setembro o mundo girou: o desmoronamento do Lehman Brothers afundou o sistema financeiro mundial e espalhou a crise pelo planeta, tornando evidentes as debilidades dos grupos frágeis. Um deles foi o GES, onde a cabeça, a Espírito Santo International (ESI), vai contabilizar um défice de 1300 milhões de →

manchete

Público

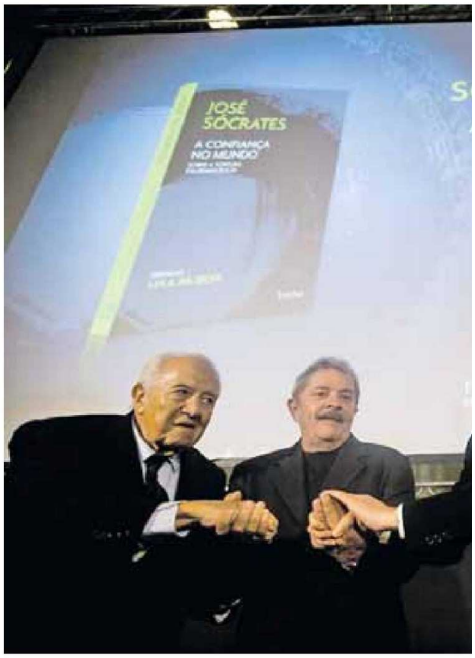
16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

O FIM DA "VELHA" PT

PEDRO CUNHA/ARQUIVO



euros, que esconderá até Novembro de 2013.

A família Espírito Santo acumulara dívida e ficara sem cheques para tapar buracos. Nos anos seguintes, quando já não gerava recursos para pagar os juros da dívida, à dívida que já tinha, vai somar ainda mais dívida.

Daí em diante abriu-se um novo enquadramento que poderia ter levado a PT a distanciar-se das estratégias e das práticas anteriores, a estabelecer linhas vermelhas. Mas Ricardo Salgado, Henrique Granadeiro e Zeinal Bava seguiram a rota traçada.

Antes de o ano terminar, no Brasil, Lula da Silva surgiu a defender a criação de uma "supertele nacional" a partir da Oi. Irá ajustar a legislação para possibilitar à Oi adquirir a Daniel Dantas a Brasil Telecom, uma empresa afogada em dívidas de 1,2 mil milhões de reais. Decisão oficializada pouco antes de Daniel Dantas ser detido por corrupção no "mensalão".

Na transacção, o Governo de Brasília envolveu fundos de pensões estatais e o BNDES, o banco público presidido por Luciano Coutinho (também envolvido em escândalos de corrupção), que vão assumir 4% da Oi. Então, Lula destinou a PT ao campeão brasileiro.

PT e Oi: negócio fechado em 2010

Tantas são as tentativas que, em Maio de 2010, a Telefónica consegue, finalmente, concertar um preço com a PT para comprar os 50% da Vivo até aí detidos pela empresa portuguesa.

Os accionistas da PT, alguns relutantes em vender a posição, são atraídos com a possibilidade de uma distribuição de dividendos, correspondente a 30% do encaixe, cerca de 1,5 mil milhões de euros. Havia, no entanto, outro tema delicado.

Sabendo que em São Bento alguém discordava da saída da PT do Brasil e impunha uma alternativa à Vivo, que ainda não fora formalizada, Zeinal Bava e Pacheco de Melo (CEO e CFO da PT) encaminharam-se para São Bento para convencer Sócrates a não usar as 500 acções de ouro, com direito de veto. Isto porque o mercado reagiria mal e atiraria com a cotação para baixo. Foram esclarecidos de que só teriam luz verde se a PT ajustasse a transacção com a Oi.

A 8 de Junho de 2010, José Dirceu mostrou-se em Lisboa a prestar declarações ao *Diário de Notícias*: "Sempre defendi a fusão da Oi com a Brasil Telecom [que a PT rejeitara e que a Oi entretanto adquirira] ou com uma empresa como a PT."

O truque é recorrente: quem negoceia cria dificuldades para depois dar facilidades. A 25 de Junho de 2010, em Lisboa, José Sócrates tornou pública a oposição à saída da PT do Brasil, "um mercado de 200 milhões".

Durante o mês de Junho de 2010, o banco de investimento brasileiro BTG Pactual, chefiado por André Esteves, rivalizava em agressividade com os grandes bancos de investimento, como o Goldman Sachs e o Crédit Suisse. A Andrade Gutierrez e o Grupo Jereissati eram clientes de André Esteves, que acabou a avaliar a Oi com critérios generosos.

Acontece que dentro da PT a operadora brasileira Oi continuava a ser "lixo". E não era só pela equipa financeira, como lembrou um director que seguiu o dossier: "A percepção era generalizada. Recordo-me de o Pacheco levantar dúvidas, pois a Oi tinha muito fixo, pouco móvel, era mal estruturada, mal organizada e totalmente desintegrada no Brasil, um país continental. Tinha dívida a mais e espalhada a todos níveis."

O presidente do Banco Espírito Santo Investimento (BESI), José Maria Ricciardi, que com a Caixa Banco de Investimento (Jorge Tomé) era um dos assessores financeiros da PT e do BES, repetiu o que então terá dito a André Esteves: "Sou banqueiro de investimentos há muitos anos e esta empresa [a Oi] não tem ponta por onde se pegue."

Quando foi ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) depor, Ricciardi foi interpelado pelo procurador Rosário Teixeira: se o negócio era ruinoso para a PT, porque o validou? O banqueiro explicou: se o BESI abandonasse o circuito, outro o substituiria, e o BESI perderia dinheiro. E por dinheiro referia-se a 20 milhões de euros, o encaixe que o banco contabilizou entre 2010 e 2014. A Caixa BI arrecadou 12 milhões por participar apenas na primeira fase da operação (em 2014 já CGD vendera as acções da PT).

> **Tive oportunidade de estar com o Presidente [Lula da Silva] e agradeci-lhe a sua intervenção. Ele está muito contente**
>
> **Ricardo Salgado em 2010**
> Presidente do BES

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

Zeinal Bava, presidente executivo da PT, e Henrique Granadeiro, *chairman*, anunciam a venda da Vivo e a entrada na Oi. Em 2013, José Sócrates voltava a receber Lula da Silva em Lisboa, na apresentação do seu livro. Ambos, no exercício de funções governativas, apoiariam o negócio. Também Ricardo Salgado, então a liderar o BES, se mostrava agradado com o desfecho

MIGUEL MANSO

FÁBIO TEIXEIRA

Enquanto prosseguia o diálogo entre os inquilinos de São Bento, em Lisboa, e do Palácio do Planalto, em Brasília, em São Paulo André Esteves derrubava obstáculos, como recordou uma fonte do PÚBLICO que conversou com ele "em Junho ou Julho" de 2010: "A Oi vai fazer um aumento de capital e criar uma nova equipa, e isto vai dar muito dinheiro a toda a gente." Na linguagem dos negócios é o mesmo que dizer: haverá comissões às pazadas para todos.

"Era autoconfiante, dizia que todos íamos ganhar muito dinheiro e depois fazia silêncio à espera da reacção. Se ficássemos calados, emendava a mão e desviava a conversa para assuntos normais. É um tipo astuto." Em 2015, André Esteves foi detido no âmbito da *Operação Lava-Jato*, por subornos a terceiros.

A 6 de Julho, o presidente do BES considerava "totalmente falso" o envolvimento do banco numa negociação da PT e da Oi, "pois não toma iniciativas nesse campo. O que houve foram afirmações de um jornal brasileiro reproduzidas em Portugal, nada mais".

Dias mais tarde, vão entrar na sede do BTG Pactual os representantes dos bancos de investimento envolvidos: Morgan Stanley, Merrill Lynch e BESI. Aguardavam pelos OK de Lula da Silva e de Sócrates.

Passava da meia-noite e já se adivinhava novo adiamento, quando Otávio Azevedo irrompeu pela sala onde se encontravam os delegados dos bancos de investimento. Estava eufórico: "Acabei de estar com o Lula [da Silva], que me disse que o primeiro-ministro português ia levantar os obstáculos." Por obstáculos, entenda-se: Sócrates autorizava a PT a vender à Telefónica os 50% da Vivo. O que tinha mais uma tradução: o pacto da PT com a Oi podia ser firmado.

Finalmente, a 27 de Julho, a PT anuncia o acordo salomónico, que Henrique Granadeiro considerou "um grande entendimento": a Telefónica pagava 7,5 mil milhões à PT por 50% da Vivo, e a PT usava parte do encaixe para comprar 23% da Oi através de um aumento de capital da empresa brasileira. E a Oi adquiria 10% da PT.

O investimento da PT no Brasil seria de 3,75 mil milhões de euros, mas apenas dois terços se destinaram a elevar o capital da Oi. Os restantes 1,3 mil milhões de euros foram directamente transferidos, e em partes iguais, para as contas dos donos da Andrade Gutierrez e da La Fonte (Jereissati), para pagarem dívidas ao banco estatal BNDES e outros extras.

Ora, deixar o número 3729 da Avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, a sede do BTG, sempre estivera nos planos de André Esteves, que há muito tempo cobiçava uma propriedade faraónica, do outro lado da rua, por onde passava diariamente para ir para o seu escritório, no mesmo prédio onde estava o BESI. A oportunidade de se transferir chegou depois de a PT e de a Oi terem fechado negócio. É que pela assessoria financeira às construtoras brasileiras o BTG Pactual facturou cerca de 55 milhões de euros.

Em São Paulo, José Maria Ricciardi já não subia no elevador com André Esteves, mas o BESI trepara dois andares para se instalar nos últimos pisos deixados vagos pelo BTG Pactual.

A 10 de Agosto, Ricardo Salgado manifestou-se durante a visita de Lula da Silva a Lisboa: "Tive oportunidade de estar com o Presidente [Lula] e agradeci-lhe a sua intervenção. Ele está muito contente."

Para um primeiro-ministro pode ser muito enaltecedor aparecer a promover uma megaoperação transnacional. Para festejar o acordo Oi-PT, José Sócrates ofereceu um banquete em São Bento, onde compareceram, entre outros, Ricardo Salgado, Carlos Jereissati, Otávio Azevedo, Henrique Granadeiro e Zeinal Bava. Hoje, todos condenados, detidos, constituídos arguidos ou visados em investigações. Para o jantar foram convidados ministros, um deles, Pedro Silva Pereira.

Antes do final do ano, do saco azul do GES, a ES Enterprise, terão saído dez milhões de euros para Zeinal Bava, que nos primeiros meses de 2011 receberá mais 8,5 milhões de euros.

Como de costume, os interesses moveram-se. A Lima, Serra, Fernandes & Associados (LSF) e a José Dirceu (JD) Assessoria e Consultoria regressaram à lista de avenças da PT. Quando Pacheco de Melo confrontou Henrique Granadeiro, ele explicou: "Há um acordo com a LSF e é para cumprir."

Face às dificuldades em justificar os pagamentos, por volta do final de 2010 Pacheco de Melo suspendeu-os, e recebeu um telefonema de Fernando Lima a questionar a razão da decisão.

BES substitui PT nos pagamentos a Dirceu

Semanas depois, mas já em Janeiro de 2011, Granadeiro notificou Fernando Lima por carta de que a PT dava por terminado o contrato com a LSF. Mas a LSF não ficou descalça, pois logo entrou em acção o BES. O Observador divulgou que dali até Julho de 2013 o BES destinou à LSF um total de 1,3 milhões de euros, parte repassada para a JD Assessoria e Consultoria.

As duas empresas não facturaram apenas à PT e ao BES, é que da espanhola Telefónica saíram ainda mais milhões. Depois de Dirceu ter sido condenado como chefe do "mensalão", o Santander Brasil deixou de o convidar para ser orador nos colóquios que promovia e deu nota pública de que descontinuou a parceria.

Em Novembro do mesmo ano, José Dirceu enviou a Lisboa o irmão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, só- →

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

O FIM DA "VELHA" PT

cio da JD Assessoria e Consultoria, que Ricardo Salgado recebeu no seu gabinete na sede do BES (PÚBLICO 13/8/2015).

Quando, em Agosto de 2015, a Polícia Federal brasileira deteve Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, no quadro da *Operação Pixuleco*, concluiu que a JD Assessoria e Consultoria era um "biombo" de circulação e repasse de fundos ilícitos em grandes transacções.

O juiz Sérgio Moro extraiu ilações: a consultora recebeu, entre 2006 e 2013, cerca de 11 milhões de euros que não corresponderam a prestações de serviços; e as verbas provieram de construtoras. E confirmou as conexões com a PT e a possível associação a *offshores* com sede em Malta criadas pelo advogado João Abrantes Serra.

Em 2012, o clima em torno do GES continuava glamoroso. Uma ilusão, portanto, pois chegavam sinais de que Ricardo Salgado enfrentava dificuldades (sem conseguir ir ao mercado, o GES levantava fundos junto dos clientes do BES), mas não as assumia. Também a Ongoing estrebuchava e não o mostrava.

A 2 de Fevereiro de 2012, o PÚBLICO publicou um extenso trabalho sobre Vasconcellos e Mora, que então classificou de "duas aves migratórias". Mas mais do que uma fotografia ao grupo, a que deu o título "Seis anos depois, o grande projecto de *media* morreu?", o PÚBLICO expôs o descontrolo das suas dívidas ao BCP e ao BES, "as ligações à política, à maçonaria e às secretas", que forjaram alianças, "mas destruíram a credibilidade".

Granadeiro continuava a acreditar no GES

A 2 de Outubro, a *Folha de São Paulo* avançava: "A Oi e a PT rubricaram um memorando para a fusão das duas 'tele' que formarão um grupo multinacional chamado CorpCo, com sede no Rio de Janeiro." Terá cem milhões de clientes espalhados pelo Brasil, Portugal, África e Ásia, e "a receita combinada será de dez mil milhões de euros". O projecto era aliciante.

A Zeinal Bava, que quatro meses antes, em Junho, tinha assumido o cargo de director-geral da Oi, é atribuída a patente de capitão da CorpCo. O português pronunciou-se, então, nestes termos: "A CorpCo é o embrião de uma multinacional de língua portuguesa com actuação num mercado global de 260 milhões de pessoas" e a expectativa "é que esteja entre os maiores grupos do globo".

Semanas depois, em Lisboa, os dois principais arguidos da *Operação Marquês*, José Sócrates, e do *Lava-Jato*, Lula da Silva, não escondiam a cumplicidade que os unia, exposta, a 23 de Outubro de 2013, quando Sócrates convidou Lula e Mário Soares para apresentarem o seu livro *Confiança no Mundo – Sobre a Tortura em Democracia*.

No final de 2013, a crise económica prolongada, as desavenças internas no GES, as pressões do Banco de Portugal e um primeiro-ministro ideologicamente indiferente ao mundo empresarial e irredutível em não ajudar Ricardo Salgado desorientaram o banqueiro.

Por enquanto, Salgado conservava a aura de invencível e ainda tinha amigos. Um deles era o presidente da PT, uma presença diária no BES. "O Henrique [Granadeiro] estava a tentar ajudar a família e tinha a convicção profunda de que a reestruturação do GES ia resolver os problemas. Era esta a mensagem que nos passava, não lhe passava pela cabeça que o desfecho tivesse sido o que foi", observa um colaborador.

O PÚBLICO perguntou a Granadeiro se queria comentar os factos relatados nesta investigação. "Não prestei até hoje qualquer comentário sobre as matérias em investigação. E gostaria que esta posição fosse mencionada no seu trabalho", respondeu o gestor. Já Zeinal Bava ignorou a mensagem do PÚBLICO.

A derrocada chegou em 2014

No início de 2014, já não era possível manter o núcleo central da PT afastado da realidade por muito tempo. O relógio começara a contar.

Já depois de ter chegado de férias da passagem de ano, Henrique Granadeiro telefonou a Pacheco de Melo, agora responsável financeiro da PT, a quem solicitou que fosse falar com Ricardo Salgado. O que ele fez na manhã de 28 de Janeiro, convidando-o a assistir a uma apresentação do projecto de reestruturação do GES com "números aceitáveis".

No final, Salgado pediu duas coisas (PÚBLICO, 26/10/2014): que a PT prolongasse o empréstimo de 750 milhões à *holding* ESI (que sabia ter um buraco) e o migrasse para a Rioforte (mais sólida) com reforço até mil milhões. Esta aplicação fora em grande parte realizada quando Zeinal Bava era o CEO da PT.

Pacheco de Melo disse a Salgado: "Não aceito aumentar a exposição acima dos 750 milhões e apenas farei uma única aplicação na Rioforte, com maturidade a 15 de Março de 2014, pois a verba terá de estar livre para a PT avançar com o aumento de capital da Oi, da primeira fase da fusão, planeado para Abril."

No dia seguinte, na PT, Granadeiro e Pacheco de Melo têm um debate aceso com direito a assistência. Granadeiro quer que o CFO suba o investimento na Rioforte de 750 milhões para 900 milhões e alargue o prazo de reembolso, mas este opõe-se. Porém, acaba a cumprir a ordem.

A 3 de Fevereiro, Pacheco de Melo regressou ao BES, para um almoço no 7.º andar do número 28 da Rua Barata Salgueiro. Na sala de refeições, onde antes funcionara a discoteca Ad Lib, estão Ricardo Salgado, que tem ao lado o seu braço direito, o CFO do BES Amílcar Morais Pires, e Henrique Granadeiro.

Da agenda constava a concentração da PT com a Oi, anunciada em Outubro do ano anterior. Granadeiro mostrou-se incomodado porque as construtoras brasileiras, tal como o novo presidente da Oi, Zeinal Bava, nomeado meses antes, estavam a avaliar a PT por baixo.

Mas o que preocupava Salgado era uma outra coisa: "Onde vai ficar a tesouraria da Oi?" Pacheco de Melo recorda que "a partir da fusão fica centralizada no Brasil". E o banqueiro contrapõe: "Está combinado com o Bava e o Otávio que a liquidez vai ficar no BES e no GES."

Informado de que os novos órgãos sociais da Oi-PT estão acertados e de que está fora do comboio, Pacheco replicou: "Nessa altura já cá não estou e terá de tratar do assunto com os brasileiros e com o Zeinal." O então CFO sabia que, sempre que vinha a Lisboa, Bava tomava o pequeno-almoço com Salgado.

O cerco, todavia, fechava-se em

JOANA FREITAS

DANIEL ROCHA

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

RUI GAUDÊNCIO

Quem pediu dinheiro à PT para a Ongoing? Rafael Mora diz que pode ter sido Nuno Vasconcellos (ambos na foto principal), mas Pacheco de Melo (na foto mais pequena), então administrador financeiro, diz que foi Mora o protagonista da reunião. Esta decorreu na sede da PT em Lisboa, o mesmo local onde se realizou um dos mais violentos encontros entre brasileiros e portugueses. O motivo? Quem ficava com o crédito de quase 900 milhões de euros ao GES. A PT ou a Oi? Ficou em Lisboa

redor do topo da cadeia de comando da PT. Depois de anos a distribuir dividendos pelos accionistas, que, entre 2010 e 2013, receberam 3,3 mil milhões de euros, a PT deu por terminado um ciclo.

Não era só o GES que tinha uma relação de abutre com a PT. Desde 2012 que a Ongoing enfrentava a pressão dos credores (PÚBLICO, 26/2/2012) que a financiaram para ir comprar acções da PT, que se tinham desvalorizado para metade. Em 2017, quando se declarou insolvente, a Ongoing tinha dívidas de 1,2 mil milhões de euros, que explodiram nos balanços do Novo Banco (BES) e do BCP.

O primeiro sinal de que a Ongoing ia entrar em jogo chegou a Pacheco de Melo numa manhã do início de Março, quando Henrique Granadeiro o interpelou nos corredores do 11.º andar da sede da PT, na Avenida da Fontes Pereira de Melo: "Temos dinheiro para aplicar verbas da PT Saúde na Ongoing?" Pacheco de Melo contou a um colaborador como reagiu: "Estás maluco! Isso não é possível nesta fase de aumento de capital da Oi. E a PT Saúde não tem fundos."

A ideia nem era nova. Em 2009, o representante da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na administração da PT, Jorge Tomé, contestou uma aplicação da PT Prestações, de 75 milhões de euros, em fundos de risco da Ongoing, que não passara pelo comité de investimentos. Deu tanta guerra que Jorge Tomé se demitiu, no meio de uma contestação movida por Nuno Vasconcellos e Rafael Mora.

Hoje sabe-se que a Ongoing usou os 75 milhões emprestados pela PT Prestações para, entre outras coisas, investir numa empresa de Rafael Mora, na Impresa, no fundo de jogadores do Benfica e na Babel, de Paulo Teixeira Pinto, que, quando liderava o BCP, financiara a *holding*. Quando a PT Prestações foi integrada na Altice, a Altice teve de constituir a respectiva provisão.

Não basta ter imaginação

Para entender os acontecimentos que daqui em diante se vão passar e o relacionamento promíscuo de um núcleo accionista luso-brasileiro, não chega ter imaginação. É preciso conhecer os factos.

O PÚBLICO relatará os pormenores de uma conversa mantida até hoje em segredo, mas reveladora de como os accionistas da PT se aproveitavam da empresa para sustentarem as actividades artificialmente.

O palco do episódio foi o designado *steering committee*, comité da fusão da PT com a Oi. Do centro de comando faziam parte os presidentes (Henrique Granadeiro, Zeinal Bava e José Mauro da Cunha), Morais Pires (BES), Nuno Vasconcellos (Ongoing), Otávio Azevedo (Andrade Gutierrez) e Fernando Portella (La Fonte/Jereissati).

Na manhã de 10 de Março de 2014, uma segunda-feira, diante de Granadeiro, de Bava e de Mauro da Cunha, na sala da comissão executiva da PT, estão Morais Pires e o seu colaborador Rodrigo França.

Na Ongoing a situação era de emergência, pois o Crédit Suisse estava em vias de executar dívidas (de 216 milhões de euros), o que explica que, nessa manhã, o espanhol, que não pertencia ao comité, se tenha sentado ao lado de Vasconcellos.

Quem também apareceu foi Marcos Gonçalves, chefe do departamento de fusões e aquisições do BTG Pactual, apanhado, em Junho de 2016, a dar um calote de 300 mil euros na discoteca nova-iorquina Provocateur, por duas noites regadas a champanhe Dom Pérignon e a tequila Patrón Magnum.

Um dos tópicos em discussão era o aumento de capital da Oi, com *road show* marcado para 1 de Abril. A meio da reunião, Henrique Granadeiro pediu a Pacheco de Melo para se juntar ao comité para esclarecer dúvidas.

O encontro representava também a última chance de a Ongoing convencer os parceiros a facultar-lhe fundos. Antes do final, Mora interveio: "Temos ainda um assunto para tratar." Assim que o ouviu, Zeinal Bava fugiu: "Vou ter de sair para ir apanhar o avião para São Paulo."

"Há hipótese de fazer uma operação de 150 milhões com a PT Saúde", observou Mora. Quem assistiu lembra-se de Henrique Granadeiro a patinar. É que do outro lado da mesa, mesmo à sua frente, Pacheco de Melo olhava para ele, enquanto lhe enviava sms: "Matas tu isto, ou mato eu?"

Perante o vazio que se instalou, o ex-CFO declarou: "Sou eu que giro a PT Saúde e a PT Saúde não pode fazer a operação, porque não só não tem dinheiro como são partes relacionadas."

A etiqueta de facilitador cola-se à pele de Otávio Azevedo. Como queria fazer cumprir os *timings* da fusão para as construtoras brasileiras pagarem as dívidas ao BNDES, concedeu: "A Oi vai entrar com 75 milhões [na Ongoing] e o Bava já concordou." Mas disse mais: "A PT tem de arranjar solução para a Ongoing." E Pacheco de Melo preveniu: "Nesse caso, todos terão de assinar a ordem."

Rafael Mora disse que nunca participou no comité de fusão, só não sabe "é se o [Nuno] Vasconcellos foi e pediu ajudas". Pacheco de Melo garante, no entanto, que Rafael Mora participou na reunião de 10 de Março de 2014

Com tanto em jogo, os presentes comportaram-se como esperado. Queriam sair da sala. Fernando Portella, do Grupo Jereissati, transmitiu: "O tempo para usar o satélite chegou ao fim." Desconectou-se.

Ao PÚBLICO, Rafael Mora disse que nunca participou no comité de fusão, só não sabe "é se o Vasconcellos foi e pediu ajudas". Evidenciou que, à época, se estava a "tratar de um cancro em São Paulo", ainda que não se "lembre do que estava a fazer e onde estava" a 10 de Março de 2014.

Acontece que fontes ouvidas pelo PÚBLICO situam-no, nessa segunda-feira, 10 de Março de 2014, na sede da PT, a intervir na reunião do comité de fusão. E recordam que Mora pediu os tais milhões.

Após várias tentativas falhadas para contactar Pacheco de Melo, há vários anos a trabalhar no México, o PÚBLICO confrontou-o com o tema: "Sim, Mora esteve no comité de 10 de Março." E mais não adiantou. Mesmo quando inquirido pelo PÚBLICO com outros pormenores: "Prefiro não os comentar, para mim são o passado, agora só penso no futuro." O PÚBLICO enviou igualmente perguntas, via sms, a Nuno Vasconcellos, que não respondeu.

Diante do cerco imparável das investigações do Banco de Portugal, Ricardo Salgado tentava resolver o problema da Ongoing, cuja dívida de 216 milhões ao Crédit Suisse tinha garantia do BES. Se não fosse paga, o BES teria de a assumir.

Então, numa espécie de confissão involuntária, Morais Pires e Otávio Azevedo combinaram trabalhar a favor da Ongoing.

Havia muita coisa que Nuno Vasconcellos não tinha e Rafael Mora até tinha. E uma das coisas que Mora tinha era reserva em carimbar "documentos".

No domingo seguinte, 16 de Março, Morais Pires e Otávio Azevedo esperaram, no Hotel da Lapa, por Pacheco de Melo, que se lhes dirigiu acompanhado de um advogado da Garrigues, Diogo Leónidas.

Uma coisa que Otávio Azevedo sabia era que o BTG Pactual criava esquemas perfeitos, e sugeriu: "Podemos jogar com o câmbio." O que queria dizer o seguinte: quando os movimentos financeiros da fusão fossem repassados para o Brasil, e os euros reconvertidos em reais, o BTG Pactual cobraria uma quantia adicional que seria depois entregue à Ongoing. Ao que Pacheco de Melo lhes diz: "Isso não é possível, porque os números estão fechados."

A solução cambial não era nova no GES, que usara um circuito idêntico para desviar mais de 300 milhões de euros para as Ilhas Virgens Britânicas, para a ES Enterprise fazer os pagamentos não documentados.

As autoridades admitem que, no seguimento destes contactos, a Oi tenha perdoado à Ongoing 50 milhões de dólares de uma dívida antiga, contraída a 18 de Abril de 2012, quando Mora e Vasconcellos compraram à Oi o portal brasileiro iG, que ainda possuem.

Um dia depois, a 17 de Março de 2014, o juiz Sérgio Moro fazia as primeiras detenções no quadro do *Lava-Jato*, colocando nos meses seguintes sob escuta e vigilância gestores, políticos, empresários e lobbyistas. Já condenou mais de cem.

Há uma confissão de um director da Andrade Gutierrez, Flávio David Barra, detido por Sérgio Moro, que dá uma pista: "A Andrade Gutierrez tinha uma segunda caixa para pagar 'propina' e a cúpula actuava de forma 'amadora'."

Em 2016, entre os que foram presos por corrupção estão Otávio Azevedo, Sérgio Andrade, André Esteves. Três gestores que o →

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

O FIM DA "VELHA" PT

portal noticioso iG colocara um ano antes na lista dos 60 mais poderosos do Brasil.

PT injecta fundos na Oi

Nos primeiros dias de Maio, os 3,6 mil milhões aplicados, em Julho de 2010, no aumento de capital da Oi e nas contas dos donos do consórcio de construtoras accionistas (1,6 mil milhões) já só valiam 350 milhões de euros.

A 5 de Maio de 2014, para dar seguimento aos planos de concentração, a PT subscreveu parte do aumento de capital da Oi nos EUA, investindo, em dinheiro e espécies (PT Portugal), cerca de 1,7 mil milhões. E a PT SGPS ficou com 39% da telefónica brasileira.

Um dia depois, a 6 de Maio, os 5,3 mil milhões de euros (a soma dos 3,6 mil milhões com 1,7 mil milhões) que, nas duas fases do negócio, saíram da PT valiam agora cerca de dois mil milhões (1,7 mil milhões, mais 350 milhões). E iriam desvalorizar mais: em Janeiro de 2015, reduziram para 900 milhões e na semana passada para 200 milhões.

A 1 de Julho, segundo o que foi noticiado, Sérgio Andrade, dono da Andrade Gutierrez, dirigiu um email a Ricardo Salgado a informá-lo de que tinha "uma proposta dos *advisors* da Oi-PT para tentar minimizar os efeitos da aplicação financeira realizada pela PT na Rioforte".

Salgado, a 8 de Julho, voltava ao tema, em novo email. Recordava a Sérgio Andrade que existia um pacto entre o GES e o consórcio de construtoras brasileiras firmado à margem do acordo de fusão da PT e da Oi. Ou seja: a operação serviria para "limpar" as dívidas dos donos da Andrade Gutierrez e da La Fonte, como se verificou, e a "contrapartida" era que a Oi "renovasse as aplicações na Rioforte". O que não se passará.

O primeiro passo da concentração estava dado com a integração da PT Portugal na Oi, faltavam os seguintes.

Vai ser um dos debates mais duros de que há memória no número 40 da Avenida Fontes Pereira de Melo. Foi desencadeado por uma notícia do *Expresso* de 12 de Julho: a Rioforte tinha até a terça-feira seguinte para pagar à PT Portugal (agora Oi) 897 milhões.

Nessa terça-feira, 15 de Julho, o GES entrou em incumprimento, e a operadora do Rio de Janeiro teria de arcar com o prejuízo de 897 milhões. O número era gigante, mas comparado com o que a PT já perdera na Oi era pequeno: cinco vezes menos.

> **Espero que a PT encontre nestes investidores franceses um accionista estável e com capital para desenvolver a empresa**
>
> **Pires de Lima no final de 2014**
> À data era ministro da Economia

Então, os brasileiros marcharam para Lisboa escoltados por advogados. É na capital portuguesa que Otávio Azevedo, o delegado do grupo Previ (outro accionista da Oi), e Marcos Gonçalves, do BTG Pactual, se encontravam no fim-de-semana de 18 e 19 de Julho, com a missão de encostar a PT SGPS às cordas.

A gestão da PT SGPS (que concentrava as posições dos investidores e cujo único activo eram os 39% da Oi) está reunida quando Otávio Azevedo assume posições que surpreendem: desconhecia a aplicação na Rioforte, e a situação podia levar a SEC (Securities and Exchange Commission, o regulador de mercado dos Estados Unidos) a fazer perguntas, pois o aumento de capital da Oi correra por Nova Iorque. Ou a PT SGPS assumia o prejuízo ou os problemas chegariam a todos. Queriam mudança nos termos da fusão: a Rioforte (que transitara com a PT Portugal para a Oi) teria de ficar fora da operadora brasileira.

Com Ricardo Salgado em queda livre, Rafael Mora ocupará a cadeira vazia: um líder de todo o processo. É o que se verá daqui em diante.

Rafael Mora advertiu que o investimento da Rioforte estava reflectido nas contas da PT Portugal, com a indicação de risco. Se os brasileiros não o viram, tinham a obrigação de ter visto.

Referiu que o Santander Espanha trabalhou para a Oi e avaliou as aplicações da PT Portugal. O que levou Otávio Azevedo a contestar, pois os mapas-resumo dos investimentos não eram claros e o Santander justificava que trabalhara com base em elementos fornecidos.

Também o administrador da PT Paulo Varela (Visabeira) contraria a tese de Otávio Azevedo. Contudo, quem armou um escândalo foi o espanhol, que a meio da discussão se levantou e saiu porta fora. Escândalo que este confirmará ao PÚBLICO: "Foi muito duro." Com as posições extremadas, combinaram novo encontro para o dia seguinte, um domingo.

Há várias descrições daqueles acontecimentos. Uma delas é que, no sábado, já fora da sala da comissão executiva da PT, Mora ameaçou os brasileiros: ou os ânimos serenavam ou telefonava a Dilma Rousseff, então a liderar o Brasil, a contar tudo. E mais não disse. No domingo, os brasileiros entraram na discussão mais calmos.

Há quem recorde outros episódios. Um deles é que Mora interpelou o grupo da Oi: "Vieram negociar, ou pedir a rendição?" Mora contou a amigos que um dos brasileiros até desabafou: "Nunca vi um espanhol comandar tropas portuguesas!"

Como esperado, as acusações em torno do que se passou vão estourar. Por conselho de advogados, todos os membros dos órgãos sociais da PT desataram a assinar cartas a afiançar que só souberam das aplicações na Rioforte pelo *Expresso*.

A ambiente em torno da PT era agora de urgência. Ao contrário do que se verificava com Granadeiro, Pacheco de Melo e Carlos Duarte, os restantes membros da comissão executiva não tinham contrato, o que os levou a tomar outra iniciativa: foram conversar com Rafael Mora e João Mello Franco, da comissão de remunerações, e quando renunciaram aos cargos levaram compensações entre três e cinco milhões de euros.

A 24 de Julho de 2014, ao aparecer em Cascais, na Boca do Inferno, para transportar Ricardo Salgado para o DCIAP, em Lisboa, o MP dava um sinal: ninguém seria poupado. Nem os poderosos. Meses depois, seria a vez de José Sócrates ser detido no âmbito da *Operação Marquês*.

PEDRO LIMA/NFACTOS

Rafael Mora (primeiro à esquerda na foto principal) deu uma reviravolta na assembleia geral, passou a defender a renegociação das condições da fusão com a Oi. Um processo que terminaria em Janeiro de 2015 com a venda da PT Portugal à Altice.
O então ministro da Economia, Pires de Lima, nunca escondeu a satisfação com a entrada da Altice. Em Maio de 2015 acompanhou Armando Pereira na inauguração de um *call center* no Norte de Portugal

Accionistas lambem feridas

O efeito foi de dominó. A 3 de Agosto, depois de muitos meses sem enfrentar os problemas, o Banco de Portugal pediu ao Estado angolano uma segunda garantia sobre a que tinha sido dada, em 2013, ao BESA. José Eduardo dos Santos disse que não, e o BES ficou descalço. Com a medida de resolução, a família Espírito Santo

manchete

Público

16-08-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Justica
Dimensão: 8273 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1 a 11

RUI GAUDÊNCIO

foi varrida e as suas casas e escritórios alvo de buscas.

Tal como revelou o PÚBLICO a 7 de Novembro de 2014, dentro do GES, alguém muito organizado munira-se de uma lista com os nomes de quem recebeu através da ES Enterprise. Esse alguém irá esquecer-se em cima da secretária do "saco azul", a conta oculta para pagamentos extra não registados. Uma "folha" de grande utilidade para o MP, que ao analisar os circuitos cruzados ligou pontas e abriu novas linhas de investigação.

A 7 de Agosto de 2014, Rafael Mora surgiu no 11.º piso da PT equipado de argumentos. Em conselho de administração repisa na tese de que os brasileiros sabiam do investimento na Rioforte. Conforme se lê na acta da reunião, defendeu que tinha "chegado o momento de, uma vez por todas", a Oi "resolver os problemas" e de os seus responsáveis "não se armarem em mártires". Mora evidenciou: "[Não aceito] nem mais um minuto [que] nos continuem a crucificar na praça pública quando é evidente que eles sabiam."

Mora não economiza nos seus ataques: "A Oi alega que a PT não cumpre as boas regras de *corporate governance*, quando, por razões que explicou [mas curiosamente não constam da acta da administração], esses mesmo senhores infringem sistematicamente as regras de relações de partes relacionadas."

A 9 de Agosto, o *Expresso* publicou a troca de emails entre Ricardo Salgado e Sérgio Andrade, de Julho, a combinarem o modo como a fusão Oi-PT ia ajudar a capitalizar os accionistas.

Passados dois dias, a 11, a Oi classificou de falsos os emails e sustentou que o seu CEO, ainda Zeinal Bava, desconhecia o investimento na Rioforte (parte validados por Bava quando era CEO da PT).

Durante o mês de Agosto, a Oi já preparava a venda de activos, e um deles era a PT Portugal. Encarregou Marco Gonçalves, do BTG, de coordenar as operações e de estabelecer contactos. Quem desponta logo é o comissionista Hernâni Vaz Antunes, braço direito de Armando Pereira, actual *chairman* da PT e accionista do fundo francês. E que vai intermediar as conversas entre a Oi e a Altice.

Se há algo de que a Oi não se pode queixar é de não ter tido naquele Verão um amigo em Lisboa a comandar tropas. Num período de quatro semanas, Mora reescreveu a história.

A reviravolta de Mora

A 8 de Setembro, ao chegar à assembleia geral da PT, para aprovar a alteração das condições de fusão, o espanhol deu uma pirueta. Agora, defendia a renegociação pedida pelos brasileiros, que "desconheciam a exposição da PT à Rioforte".

Ao PÚBLICO vai justificar que descobriu em Agosto que a Oi tinha injectado fundos na PT Portugal para que esta fizesse "frente às suas necessidades de capital" e para que pagasse empréstimos que iam vencer. Apesar da oposição de pequenos accionistas e da Visabeira, a proposta da Oi foi aprovada.

Como tem perfil de comercial, Mora vendia sonhos. De acordo com relatos de pequenos accionistas da PT que estiveram na assembleia geral, Mora mostrou-se com a narrativa (10/1/2015): "Disse-nos mais ou menos isto: vamos sacrificar a PT SGPS (agora Pharol), para que esta assuma os 897 milhões [que deveriam ser registados pela Oi] e deste modo permitir que a Oi possa fazer uma fusão com a Tim [a operadora italiana] em óptimo estado, sem dívida." Uma miragem, como se viu.

As críticas a Mora, devido ao seu comportamento pendular, contribuem para a retórica de muitos investidores da PT de que alguma coisa se pode ter passado no intervalo.

O PÚBLICO interrogou o Ministério Público sobre se as investigações à PT incluíam as circunstâncias que, no Verão de 2014, levaram à mudança de posição de Rafael Mora, e foi esclarecido de que o tema estava a ser investigado, que os sócios da Ongoing já testemunharam, mas nenhum deles foi constituído arguido.

Quando semanas depois, Armando Martins, da Altice, veio a Lisboa falar com o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, já garantira apoios: das construtoras brasileiras, da Ongoing e de Eduardo Stock da Cunha, o então líder do Novo Banco, com 10% da PT SGPS. E a PT SGPS já era o maior accionista da Oi, detendo em Agosto de 2017 ainda 27,2% do capital.

Na quinta-feira 9 de Outubro, Armando Martins posicionou-se: "A Altice está a contactar os principais accionistas, quer brasileiros quer portugueses", que "têm consciência de que não controlam o activo nem o seu destino, são inteligentes e percebem que no final do dia é preferível vender a PT Portugal e que esta é uma questão financeira".

A 10 de Outubro, fonte de Rafael Mora e de Nuno Vasconcellos dizia à Lusa: "[A] Altice pediu para falar na próxima semana e a Ongoing quer ouvir, para depois poder tomar uma decisão, se existir uma proposta [de compra da PT Portugal] concreta." "[O negócio] pode ser óptimo ou péssimo, depende da solução e de quais as intenções."

A 24 de Outubro, o *Financial Times* avançou com os nomes dos interessados em entrar no leilão de venda da PT Portugal: a Apax, a Bain Capital e a Altice. A Apax e a Bain desistem quase de seguida, quando perceberam que desde Junho que a Altice estava a mexer-se.

Finalmente, a 3 de Novembro os franceses formalizaram a intenção de aquisição da PT Portugal.

O Ministério da Economia, tutelado por Pires de Lima, acompanhava o dossier, pois tratava-se da maior empresa portuguesa, um pólo de inovação e de internacionalização. E o ministro comentou: "Espero que a PT encontre nestes investidores franceses um accionista estável e com capital para desenvolver a empresa e que corresponda a um virar de página."

Como sabe que o negócio de qualquer fundo de *private equity* (como a Altice ou o Lone Star, do Novo Banco) é comprar, reestruturar e vender, o ex-ministro vaticinou: "Quem investe assim em Portugal seguramente tem uma preocupação grande em valorizar o investimento."

Venda à Altice aprovada em 2015

A 22 de Janeiro de 2015, os accionistas da PT SGPS aprovaram por larga maioria a venda da PT Portugal à Altice. A 2 de Julho de 2015, a Altice entrou na empresa por onde já circulava.

Algum tempo depois, e ainda em 2015, o *Diário de Notícias* revelou que Hernâni Vaz Antunes reclamava da Oi a comissão de 1% (70 milhões), e em tribunal declarou-se intermediário do negócio franco-brasileiro. Como é habitual, não há documentos, e os investigadores têm de seguir o rasto do dinheiro.

Segundo o *Expresso*, Hernâni Antunes é hoje uma figura central na relação da actual PT, agora Altice, com os fornecedores. A música é a mesma de antes, e Hernâni Antunes é um comissionista que consta da listagem de créditos do Banif, de Junho de 2015: com dois veículos, o Plusvag Investimentos e a Lucricapital, com dívidas de, respectivamente, 5,1 milhões e 6,6 milhões.

Em 2016, no Rio de Janeiro, deu-se a desmoronamento da quarta maior operadora do sector das telecomunicações móveis e líder do sector dos telefones fixos. Com cerca de 60 milhões de clientes, a Oi pediu a recuperação judicial: as dívidas totalizavam mais de 17 mil milhões de euros. A acção foi considerada a maior da história do Brasil. O presidente da Associação de Investidores, Mauro Rodrigues da Cunha, rematou: "Ao longo de anos, a Oi foi administrada para gerar retorno aos controladores e não para sobreviver e crescer."

Em Março de 2017, Mora foi afastado da administração da Oi, onde se sentava pela Pharol (ex-PT SPGS). O *Expresso* recuperou do site d'*O Globo*, uma crónica: "Ninguém entendeu nada quando, há três semanas, Rafael Mora, representante dos portugueses no conselho da encrencada Oi, renunciou. Não restava dúvida sobre quem ganhara: Nelson Tanure, que em Outubro partira para cima de Mora para quebrar-lhe a cara numa reunião de conselho para lá de animada. Eis a explicação: Tanure [accionista da Oi] pagou quatro milhões de euros (13,2 milhões de reais) para que Mora pedisse o boné." Depois de anos a falar em nome da Ongoing, o gestor espanhol diz agora que a sua posição na *holding* foi sempre residual, o que o livra de muitas dívidas. E foi também assim que oficializou a zanga com Vasconcellos.

Hoje, os principais "actores" deste filme, mesmo os que se julgavam acima da lei, estão, de um modo ou de outro, a prestar contas à justiça. Por alegada fraude fiscal, corrupção, branqueamento de capitais. Muitos outros poderão vir a ser acusados de possível gestão danosa, caso o MP assim o determine. No mínimo, de tudo o que foi escrito, pode concluir-se que houve comportamentos irresponsáveis que resultaram na maior perda de valor de que há memória na história empresarial portuguesa.

Há precisamente três anos, no Verão de 2014, os destinos da PT Portugal começaram a delinear-se com as reuniões que abriram a porta à Altice, e que os pequenos accionistas contestam. Três anos depois, podemos concluir igualmente que o que se passou na PT foi muito mais do que uma novela, foi quase uma morte anunciada.

cferreira@publico.pt